

### Contador

#### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no cartão-resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- Faça o preenchimento do tipo de prova e da alternativa que julgar correta, conforme o exemplo a seguir: ●
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **35** questões, numeradas de **1 a 35**.
- Verifique no caderno de prova se faltam folhas, se a sequência de questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente transparente com água, sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Ao terminar sua prova, entregue o cartão-resposta devidamente **preenchido e assinado** ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

#### TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **3h00min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

#### NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta, seja por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Uso do banheiro após entregar seu cartão-resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão-resposta.

## Conhecimentos Específicos

### Questão 01

À luz das diretrizes do PCASP e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, assinale a alternativa que representa corretamente a aplicação de um princípio contábil essencial aos registros contábeis das entidades públicas.

- (A) O princípio da competência determina que as variações patrimoniais devem ser reconhecidas no momento em que ocorrem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, o que assegura a adequada mensuração do resultado patrimonial da entidade pública.
- (B) O princípio da entidade, no setor público, permite a consolidação dos registros contábeis de diversos entes federativos, desde que compartilhem a mesma base legal de arrecadação tributária.
- (C) O princípio da continuidade é aplicável exclusivamente a entes com fins lucrativos e, por isso, é dispensado nas entidades da administração pública direta e indireta.
- (D) A observância do princípio da oportunidade no setor público exige o registro apenas de eventos que produzam efeitos orçamentários imediatos, assegurando controle tempestivo da execução orçamentária.

### Questão 02

Analise os itens abaixo entre Verdadeiros (V) ou Falsos (F) sobre os princípios e regulamentação do sigilo de informações contábeis e fiscais:

( ) O contador poderá revelar informações sigilosas obtidas no exercício da profissão quando houver solicitação por autoridade competente, mesmo sem autorização do cliente, desde que amparado por norma legal específica.

( ) É permitido ao profissional da contabilidade compartilhar dados contábeis de uma entidade com terceiros, desde que os dados estejam em demonstrações financeiras publicadas em jornais de grande circulação.

( ) A obrigação de manter o sigilo profissional cessa com o encerramento do contrato de prestação de serviços entre o contador e o cliente, salvo em caso de litígio.

( ) O contador pode divulgar informações confidenciais do cliente se entender que essa divulgação poderá evitar prejuízo à sociedade ou à economia nacional, ainda que sem respaldo legal.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, F, V.
- (B) V, F, F, F.
- (C) V, V, V, F.

(D) V, V, F, F.

### Questão 03

A respeito da estrutura e análise da demonstração do valor adicionado, analise os itens abaixo:

I.A Demonstração do Valor Adicionado no setor público tem como principal objetivo evidenciar como a entidade contribui para a geração de riqueza e sua distribuição entre os diversos agentes econômicos e sociais.

II.A Demonstração do Valor Adicionado deve obrigatoriamente compor o conjunto de demonstrações contábeis de todos os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, nos termos da NBC TSP 12.

III.O valor adicionado líquido apurado na Demonstração do Valor Adicionado representa o lucro contábil da entidade pública e deve ser transferido integralmente ao patrimônio líquido.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas o item I está correto.

### Questão 04

A adoção do custeio por absorção no setor público tem como base a necessidade de mensurar o custo total das atividades, bens e serviços produzidos ou executados pela administração pública, de modo a subsidiar decisões gerenciais e promover transparência no uso dos recursos públicos. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O custeio por absorção, quando aplicado ao setor público, possibilita a apropriação de todos os custos incorridos — inclusive os indiretos — aos objetos de custo, sendo compatível com o princípio da competência e com as diretrizes da NBC TSP 11, que orienta a evidenciação dos custos como instrumento de controle e accountability.
- (B) A principal limitação do custeio por absorção no setor público é sua obrigatoriedade de aplicação apenas a entidades que executam atividades industriais, não sendo aplicável à prestação de serviços públicos ou execução de políticas públicas.
- (C) No método de custeio por absorção, os custos fixos são tratados exclusivamente como despesas do período, não sendo incorporados ao custo dos produtos ou serviços, o que o torna inadequado para mensuração contábil no setor público.
- (D) O custeio por absorção no setor público é limitado à apropriação dos custos variáveis diretamente atribuíveis a um centro de responsabilidade, devendo os custos indiretos ser alocados por meio do método de custeio baseado em atividades (ABC), que substitui o custeio por absorção nos órgãos governamentais.

## Questão 05

Apesar de não serem contribuintes diretos de tributos em regra, os entes públicos estão sujeitos à incidência tributária em determinadas situações, sobretudo quando exercem atividades que extrapolam sua finalidade típica. No ordenamento jurídico brasileiro, a submissão do Estado ao sistema tributário deve respeitar os princípios constitucionais, mas também observar exceções previstas em lei. Com base nessa premissa, assinale a alternativa correta quanto à sujeição dos entes públicos à tributação.

- (A) Os serviços públicos prestados mediante remuneração, mesmo que de forma exclusiva, não podem ser objeto de incidência de tributos, em razão da imunidade constitucional e do princípio da não afetação das receitas públicas.
- (B) A imunidade recíproca prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, impede a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios de instituírem impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros, mas não os isenta do pagamento de taxas ou contribuições de melhoria quando se enquadrarem como usuários ou beneficiários diretos dos serviços prestados ou obras realizadas.
- (C) A imunidade tributária recíproca alcança qualquer tipo de tributo, inclusive taxas e contribuições sociais, desde que incidentes sobre atividades vinculadas à administração direta ou indireta dos entes federativos, por força do princípio da supremacia do interesse público.
- (D) Os entes públicos estão totalmente imunes ao pagamento de contribuições sociais patronais, inclusive sobre remuneração de servidores ocupantes de cargo em comissão ou empregados públicos vinculados ao regime celetista, em razão de sua natureza institucional.

## Questão 06

A formação de preços no setor público, especialmente na contratação de bens e serviços por parte da Administração, deve observar princípios como economicidade e compatibilidade com os preços de mercado. Nesse contexto, os órgãos e entidades públicas devem justificar os valores contratados com base em estimativas realistas de custo, elaboradas segundo critérios técnicos, legais e contábeis. Assinale a alternativa correta.

- (A) A análise de viabilidade econômica de preços na administração pública admite a exclusão de encargos trabalhistas na estimativa de serviços terceirizados, desde que o fornecedor apresente proposta abaixo do preço médio de mercado, conforme jurisprudência do TCU.

- (B) Na gestão pública, a fixação de preços contratuais deve adotar como regra o critério de preço mínimo praticado no mercado privado, desconsiderando tributos e custos indiretos, para garantir o menor gasto possível aos cofres públicos, ainda que à custa da viabilidade econômica do contratado.
- (C) A formação de preços públicos de serviços deve ocorrer exclusivamente por meio de fórmulas matemáticas fixadas em decreto, sendo vedado ao ente federado utilizar critérios técnicos próprios ou análises de custo-benefício localizadas.
- (D) A estimativa de preços para contratações públicas deve considerar a composição dos custos diretos e indiretos, encargos sociais e tributos, podendo adotar parâmetros como a tabela de custos referenciais da administração pública, pesquisa de mercado, ou base de dados oficial, conforme determina a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

## Questão 07

A conformidade normativa no setor público é estruturada em diretrizes nacionais e internacionais, como as NBASP e as ISSAIs da INTOSAI, que disciplinam a atuação dos auditores, especialmente nos trabalhos de conformidade. Com base nas normas vigentes aplicáveis à auditoria no setor público brasileiro, assinale a alternativa correta quanto às exigências de conformidade.

- (A) A auditoria de conformidade no setor público tem como objetivo exclusivo avaliar a eficiência operacional, não abrangendo o cumprimento de normas legais e contratuais.
- (B) De acordo com as NBASP, a auditoria de conformidade limita-se à análise dos controles internos contábeis e não inclui aspectos extrapatrimoniais, como o cumprimento de cláusulas contratuais ou regras de licitação.
- (C) A auditoria de conformidade visa verificar se atos, processos e operações realizadas por órgãos e entidades públicas estão em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, abrangendo inclusive contratos e acordos administrativos.
- (D) A auditoria de conformidade está restrita ao controle interno e não pode ser realizada pelos Tribunais de Contas, exceto mediante solicitação do Poder Executivo.

## Questão 08

A prestação de contas é um dos pilares do controle da administração, complementada pelo exercício efetivo do controle social, previsto em diversas normas legais. Considerando os procedimentos de prestação de contas e os mecanismos de controle social no âmbito da administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A prestação de contas na administração pública é um dever constitucional que recai sobre qualquer agente que administre bens ou valores públicos, sendo exigida mesmo na hipótese de descentralização da execução orçamentária.
- (B) A Lei de Responsabilidade Fiscal não exige transparência na gestão fiscal como condição para o exercício do controle social, mas apenas para fins de auditoria governamental.
- (C) O controle social exercido pela sociedade civil está restrito à participação em audiências públicas, não sendo reconhecido como instância legítima para influenciar a formulação ou a fiscalização das políticas públicas.
- (D) A análise técnica das contas prestadas pelos administradores públicos é de competência exclusiva do controle externo, sendo vedada a atuação dos sistemas de controle interno nesse processo.

### Questão 09

A atuação do contador no setor público envolve não apenas a conformidade técnica, mas também o comprometimento com o interesse coletivo e a probidade. Nesse contexto, as responsabilidades éticas orientam sua conduta em decisões que podem impactar diretamente a gestão de recursos públicos. Considerando as responsabilidades éticas do profissional da contabilidade, de acordo com o Código de Ética Profissional, assinale a alternativa correta.

- (A) Em nome da neutralidade ética, o contador deve abster-se de emitir opiniões técnicas contrárias àqueles de seus superiores, preservando a uniformidade institucional.
- (B) O profissional contábil, em exercício no setor público, pode adotar interpretações técnicas divergentes da norma contábil, desde que respaldadas por pareceres jurídicos da instituição.
- (C) O contador tem o dever de recusar participação em atividades contábeis que visem burlar a legislação fiscal ou orçamentária, mesmo que sob ordens superiores ou justificativas de interesse institucional.
- (D) O profissional da contabilidade deve manter sigilo de todas as informações obtidas, inclusive em situações em que a omissão prejudique o interesse público.

### Questão 10

A respeito da demonstração do resultado, analise os itens abaixo:

I. A Demonstração do Resultado evidencia, com base no regime de competência, o desempenho econômico da entidade pública, segregando as receitas e despesas por natureza e função.

II. O resultado patrimonial apurado na Demonstração do Resultado pode indicar superávit ou déficit, dependendo da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

III. Mesmo sem impacto orçamentário direto, os encargos

de depreciação devem ser reconhecidos na Demonstração do Resultado como despesas que reduzem o resultado patrimonial.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.

### Questão 11

Em uma auditoria realizada no âmbito de um órgão da administração direta, um contador público foi pressionado por superiores hierárquicos a omitir irregularidades detectadas em sua análise contábil, sob o argumento de preservar a imagem institucional. Diante do impasse, o profissional se apoiou nos preceitos éticos que regem sua atividade. Com base no Código de Ética Profissional do Contador, assinale a alternativa que expressa corretamente um dos direitos do profissional da contabilidade.

- (A) O contador, por subordinação hierárquica, deve acatar as diretrizes institucionais, mesmo quando estas contrariem os princípios éticos, desde que existam registros formais das orientações superiores.
- (B) Ao atuar em nome da administração pública, o contador não pode recusar qualquer demanda técnica desde que esteja dentro de suas atribuições legais, ainda que haja desconforto ético.
- (C) A recusa do contador à execução de tarefas técnicas por motivos éticos configura abandono funcional e pode acarretar sanções administrativas, ainda que se justifique por escrito.
- (D) O contador tem o direito de recusar-se a exercer a profissão em ambientes que atentem contra a sua dignidade, autonomia técnica ou princípios éticos, sendo vedada qualquer forma de coação ou imposição contrária à sua consciência profissional.

### Questão 12

A prática contábil no setor público, caracterizava-se por registros centrados na execução orçamentária e no cumprimento de dispositivos legais, o que por vezes comprometia a visão integral do patrimônio público. Com a evolução normativa, os processos de registro passaram a demandar maior detalhamento e aderência aos eventos patrimoniais. Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) Processos de registro relacionados à depreciação, amortização e exaustão são considerados desnecessários no setor público, por não afetarem o resultado orçamentário das entidades.
- (B) Os registros contábeis devem refletir, com tempestividade e clareza, todos os atos e fatos que afetem o patrimônio público, independentemente de sua execução orçamentária, em conformidade com o regime de competência.

- (C) No modelo tradicional, a escrituração contábil deve restringir-se aos fatos com impacto direto sobre o orçamento, sendo vedado registrar eventos patrimoniais que não envolvam movimentação financeira.
- (D) O registro contábil de obrigações patronais no setor público ocorre apenas no momento do pagamento, em consonância com o princípio do caixa, regra predominante no modelo tradicional.

### Questão 13

O parecer contábil constitui um instrumento técnico que subsidia a tomada de decisão de gestores e órgãos de controle, exigindo clareza, fundamentação legal e aderência aos princípios da contabilidade aplicada ao setor público. Sobre esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O parecer contábil deve limitar-se à emissão de juízo técnico sobre os saldos contábeis do exercício, sendo vedada qualquer análise sobre a aderência às políticas públicas adotadas ou sobre a eficácia do gasto público.
- (B) O parecer contábil, ao ser emitido no setor público, deve conter linguagem clara e objetiva, ser fundamentado em evidências técnicas e observância às normas contábeis vigentes, e explicitar eventuais limitações que possam afetar a interpretação das demonstrações.
- (C) O contador público pode emitir parecer contábil de forma genérica, sem detalhamento metodológico, desde que assinado e protocolado perante a autoridade competente.
- (D) A exigência de parecer contábil no setor público se restringe aos órgãos que realizam auditoria interna, não sendo aplicável a entidades da administração indireta.

### Questão 14

O planejamento orçamentário adotado historicamente no setor público brasileiro caracteriza-se por uma abordagem centrada no controle de meios, com ênfase na alocação de recursos por categorias econômicas de despesa, visando assegurar a legalidade da execução orçamentária. Embora ultrapassado em muitos aspectos, esse modelo ainda apresenta traços em legislações atuais e práticas institucionais. Assinale a alternativa correta.

- (A) No modelo tradicional, a ênfase recai sobre programas, indicadores de desempenho e metas de resultado, sendo estruturado para atender ao planejamento de médio e longo prazo por meio de instrumentos como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

- (B) O modelo tradicional tem como finalidade principal a execução orçamentária por projetos finalísticos vinculados a resultados sociais, o que o torna compatível com a metodologia de gestão por resultados atualmente utilizada pela União e pelos entes federados.
- (C) O modelo tradicional de orçamento público tem como principal característica a rigidez na alocação dos recursos, priorizando o controle formal da legalidade e da despesa em detrimento de metas e resultados, o que resulta em baixa efetividade na avaliação de desempenho das ações governamentais.
- (D) Um dos pilares do modelo tradicional é o orçamento participativo, por meio do qual a sociedade civil contribui diretamente com a definição das prioridades de gasto público, assegurando maior legitimidade e efetividade na alocação de recursos.

### Questão 15

A avaliação contínua de riscos é um componente importante dos sistemas de controle interno, especialmente no setor público. Com base nas diretrizes do controle interno e nos padrões aplicáveis à avaliação de riscos na administração pública, assinale a alternativa correta quanto à relação entre risco, controle e confiabilidade da informação contábil.

- (A) A melhoria de processos contábeis, para fins de controle interno, está limitada à automação de tarefas e não possui relação direta com a avaliação de riscos organizacionais.
- (B) A identificação de riscos relevantes e a adoção de controles mitigadores eficazes são fundamentais para assegurar a confiabilidade das informações contábeis, devendo ser continuamente monitoradas e ajustadas em função de mudanças no ambiente institucional.
- (C) O risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis do setor público deve ser considerado apenas nas fases de encerramento contábil, não sendo necessário integrar-se ao planejamento contábil anual.
- (D) A existência de controle interno formal elimina a necessidade de reavaliação de riscos, uma vez que os procedimentos implementados tendem a permanecer válidos durante todo o exercício financeiro.

### Questão 16

A elaboração e execução do orçamento envolvem instrumentos legais e classificações técnicas que asseguram o controle dos gastos públicos, permitindo que a sociedade compreenda onde e como os recursos estão sendo utilizados. Assinale a alternativa correta sobre os princípios e regras que regem a elaboração e execução do orçamento público.

- (A) A classificação da despesa pública por natureza, conforme a Lei nº 4.320/1964 e os manuais atualizados da STN, é obrigatória e representa a estrutura contábil básica que identifica o objeto do gasto, permitindo o registro por categoria econômica, grupo de natureza, modalidade de aplicação e elemento.
- (B) A receita pública é registrada exclusivamente pelo regime de caixa durante toda a execução orçamentária, não sendo permitida a apuração por competência, mesmo para fins contábeis patrimoniais.
- (C) As etapas de elaboração do orçamento público compreendem apenas o envio da proposta pelo Executivo e sua aprovação pelo Legislativo, sem a necessidade de compatibilização prévia com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) O controle da execução orçamentária é atribuição exclusiva do Poder Legislativo, por meio dos Tribunais de Contas, sendo vedada qualquer forma de controle interno exercido por órgãos da própria Administração.

### Questão 17

A escrituração contábil foi frequentemente realizada com foco no cumprimento de exigências legais e orçamentárias, deixando em segundo plano práticas voltadas à consistência patrimonial. A introdução de rotinas de conciliação e ajustes busca reduzir inconsistências entre os registros e garantir a fidedignidade das demonstrações. Considerando esse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) As conciliações contábeis, mesmo no modelo tradicional, são indispensáveis para assegurar a consistência entre os registros auxiliares e os lançamentos no sistema patrimonial, permitindo a identificação de omissões, duplicidades ou lançamentos indevidos.
- (B) A escrituração contábil na administração pública prescinde de conciliações sistemáticas, desde que o controle orçamentário esteja regular, pois a legalidade da execução é suficiente para fins de prestação de contas.
- (C) A conciliação bancária é facultativa na contabilidade pública, sendo exigida apenas quando há movimentação financeira em moeda estrangeira ou operações com entes internacionais.
- (D) A realização de ajustes contábeis no setor público depende exclusivamente da emissão de decreto normativo, pois se trata de ato discricionário da autoridade gestora.

### Questão 18

A auditoria é um dos instrumentos fundamentais para a boa governança e o controle dos recursos públicos. Cada tipo de auditoria possui objetivos distintos, técnicas específicas e é regulada por normas próprias, como as NBASP, sendo essencial ao contador público

compreender essas classificações para aplicação efetiva no processo de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Sobre os tipos de auditoria aplicáveis no setor público, de acordo com as normas vigentes e os padrões estabelecidos pelos órgãos de controle externo e interno, assinale a alternativa correta.

- (A) A auditoria integrada é uma categoria própria da iniciativa privada, inexistente nas práticas do setor público brasileiro.
- (B) A auditoria contábil, também denominada auditoria de regularidade, limita-se à verificação de aspectos legais das demonstrações financeiras, sem emitir opinião sobre sua fidedignidade.
- (C) A auditoria operacional é voltada para a avaliação da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais, sem foco principal na conformidade legal ou nos registros contábeis.
- (D) A auditoria de conformidade busca identificar oportunidades de melhoria no desempenho institucional, especialmente no que se refere ao atingimento de metas e à execução de políticas públicas.

### Questão 19

A responsabilidade do contador no setor público vai além do registro técnico-contábil e inclui obrigações legais relativas à veracidade das informações prestadas, à emissão de pareceres e à prestação de contas perante órgãos de controle. Assinale a alternativa correta.

- (A) O contador público está isento de responsabilidade penal por atos praticados no exercício da função, desde que o gestor público também tenha assinado os documentos contábeis, pois a responsabilidade é exclusiva do ordenador de despesa.
- (B) A responsabilidade civil do contador público limita-se aos prejuízos causados diretamente à fazenda pública, não sendo cabível responsabilização em relação a terceiros afetados por suas demonstrações ou pareceres técnicos.
- (C) Conforme o Código de Ética Profissional do Contador, a emissão de parecer técnico por servidor público contador prescinde de fundamentação documental, sendo facultativo o registro das fontes utilizadas, desde que o conteúdo esteja em conformidade com as normas gerais de contabilidade aplicada ao setor público.
- (D) O contador público que, dolosamente, emite parecer contábil com informações falsas ou omissas pode responder por improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/1992, sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis, configurando violação à probidade na gestão pública.

### Questão 20

A transformação digital na contabilidade pública tem promovido não apenas a modernização dos registros e

rotinas contábeis, mas também exigido a adoção de mecanismos eficazes de integridade, controle e proteção de dados. Com base nesse cenário e nas normas atuais aplicáveis sobre tecnologia da informação na contabilidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A gestão contábil informatizada dos entes públicos pode ser executada por qualquer sistema particular, independentemente de integração com os demais sistemas federativos, desde que aprovado pelo órgão central de contabilidade do respectivo ente.
- (B) A adoção de sistemas informatizados de contabilidade no setor público deve observar os requisitos mínimos de segurança da informação, integridade e confiabilidade dos dados, conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e nas normas do SIAFI e SIAFIC, sendo obrigatória a rastreabilidade das operações, inclusive em bases descentralizadas.
- (C) Os sistemas de informação contábil no setor público, por se destinarem exclusivamente a registros internos, não estão sujeitos às diretrizes de segurança da informação, desde que operem em rede fechada e controlada pela Administração.
- (D) A informatização de processos contábeis permite a dispensa dos controles manuais e da assinatura de responsáveis técnicos nos registros, desde que os dados estejam devidamente armazenados em servidor público digital ou na nuvem com acesso restrito.

## Questão 21

O uso de softwares contábeis e planilhas eletrônicas tem se tornado uma prática no setor público. Essas ferramentas viabilizam a organização de grandes volumes de dados e possibilitam a automatização de cálculos, simulações e cruzamentos, contribuindo para a eficiência da fiscalização e da tomada de decisões. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) Por razões de segurança da informação e controle interno, o uso de planilhas eletrônicas deve ser substituído integralmente por sistemas proprietários de gestão contábil, mesmo quando não há integração com bases externas ou necessidade de customização.
- (B) Os softwares de planilhas eletrônicas utilizados em órgãos públicos são obrigatoriamente fornecidos por empresas privadas certificadas pelo TCU, de modo a assegurar a validade jurídica dos dados gerados em processos de apuração tributária.
- (C) No contexto da contabilidade pública, o uso de planilhas eletrônicas é compatível com os princípios da eficiência e da economicidade, desde que os dados manipulados estejam respaldados por fontes oficiais, e as fórmulas aplicadas reflitam corretamente a lógica contábil ou tributária que se pretende analisar.

- (D) O uso de planilhas eletrônicas por servidores públicos na área fiscal é limitado a funções básicas, como armazenamento e ordenação de dados, não sendo recomendado para análises estatísticas ou simulações tributárias complexas.

## Questão 22

A análise de demonstrações financeiras no setor público busca a fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos, além de fornecer subsídios técnicos à avaliação da solvência, da capacidade de investimento e da sustentabilidade fiscal dos entes federativos. Entre as ferramentas mais utilizadas estão as análises vertical e horizontal, que possibilitam a identificação de tendências e a estrutura das contas ao longo do tempo. Com base nesse contexto e nos fundamentos da contabilidade pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A aplicação da análise horizontal às demonstrações contábeis do setor público exige a conversão prévia dos saldos contábeis em moeda constante, mesmo em períodos de inflação controlada, para atender ao princípio da competência.
- (B) A análise vertical considera exclusivamente os valores absolutos dos exercícios, sem uso de percentuais ou relações proporcionais, razão pela qual não é adequada para comparar diferentes exercícios.
- (C) A análise horizontal é inadequada para avaliar variações em contas patrimoniais de entes públicos, pois essas variações decorrem exclusivamente de registros orçamentários, não refletindo a real situação financeira e patrimonial.
- (D) A análise vertical nas demonstrações financeiras do setor público permite avaliar a estrutura percentual das contas em relação a um valor base dentro da mesma demonstração, como o total do ativo ou da despesa executada, sendo útil para identificar a concentração de gastos em determinadas funções ou categorias econômicas.

## Questão 23

Na administração pública, os princípios contábeis orientam a atuação dos profissionais responsáveis pela prestação de contas dos atos da gestão. Com base nos princípios fundamentais de contabilidade aplicáveis ao setor público, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da prudência deve ser aplicado apenas nos casos em que houver certeza quanto a perdas futuras, evitando a inclusão de incertezas nas demonstrações públicas.
- (B) Em razão da ênfase no legalismo do modelo tradicional, o princípio da oportunidade pode ser relativizado quando o registro tempestivo contrariar a conveniência política da divulgação.

- (C) A observância do princípio da competência é obrigatória mesmo em um ambiente rigidamente legalista, pois assegura o reconhecimento das variações patrimoniais no momento de sua ocorrência, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.
- (D) O princípio da entidade é dispensável na contabilidade pública, uma vez que os entes da federação são indivisíveis do ponto de vista jurídico-administrativo.

## Questão 24

A adoção das normas internacionais de contabilidade no setor público brasileiro enfrentou desafios relevantes, especialmente devido à cultura jurídica e à rigidez do modelo tradicional de administração. Esse modelo, centrado na legalidade formal, contrasta com as exigências de transparência e comparabilidade internacional introduzidas pelas normas do IPSAS, convertidas no Brasil pelas NBC TSP. Sobre esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em virtude do princípio da legalidade, a adoção de NBC TSP não pode modificar a estrutura das demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, mesmo com normas supervenientes.
- (B) A aplicação das normas internacionais de contabilidade no setor público brasileiro está restrita aos entes da administração indireta, em razão da autonomia financeira desses órgãos.
- (C) As normas internacionais adotadas no Brasil por meio das NBC TSP são incompatíveis com a contabilidade patrimonial, uma vez que priorizam o resultado econômico em detrimento do controle legal.
- (D) A adoção das NBC TSP no setor público brasileiro exige a transição de um modelo contábil baseado exclusivamente na execução orçamentária para um modelo que reconhece e evidencia variações patrimoniais, ampliando a utilidade da informação contábil para fins de accountability.

## Questão 25

A adequada mensuração dos custos na Administração Pública é condição primordial para a melhoria da alocação dos recursos públicos, avaliação da eficiência dos gastos e suporte à tomada de decisões gerenciais. Considerando as aplicações do SIC no setor público, assinale a alternativa correta.

- (A) A utilização do SIC está condicionada à existência de superávit financeiro no ente público, já que se trata de ferramenta avançada de gestão que exige disponibilidade de recursos livres para sua implantação e operação.

- (B) A implementação do Sistema de Informações de Custos no setor público não tem por finalidade exclusiva o controle contábil, mas sim a geração de informações úteis à gestão, à avaliação de políticas públicas e à transparência, sendo orientada por princípios como confiabilidade, oportunidade e comparabilidade, conforme preceituado pelas NBC TSP e pelas diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (C) O SIC deve restringir-se à mensuração de custos de bens tangíveis adquiridos pela Administração Pública, não sendo aplicável a serviços públicos prestados ou atividades de caráter intangível, diante da dificuldade metodológica de apuração.
- (D) Os dados utilizados pelo Sistema de Informações de Custos devem provir exclusivamente da execução orçamentária, pois a contabilidade patrimonial no setor público não possui granularidade suficiente para subsidiar a apuração dos custos públicos de forma confiável.

## Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 26 a 30.

### Como ficar bem sozinho

Se ficar e fizer tudo sozinho é cada vez mais comum e desestigmatizado, como aproveitar ao máximo esta situação?

Existe um consenso sobre dois fatores importantes: é preciso encontrar um equilíbrio saudável entre o tempo sozinho e a comunicação com os demais e ter a capacidade de escolher a solidão, em vez de ser forçado a vivenciá-la.

"A maior indicação de sucesso no tempo sozinho é a pessoa escolher aquele espaço, acreditando que existe ali algo importante e significativo", segundo a jornalista Heather Hansen. Ela destaca que a solidão é uma "bolha neutra de argila para esculpir, que pode ser qualquer coisa que modelarmos".

O professor de marketing e psicologia Peter McGraw explica que o melhor não é moldar essa bolha como "deitar na cama, usar vapes e pedir comida pelo delivery".

Ele sugere canalizar o tempo sozinho em buscas criativas e passatempos que prosperem na solidão: caminhadas ou corridas, observar as pessoas em uma cafeteria, visitar um museu e "absorver tudo, na rapidez ou lentidão que puder".

Para os solteiros, é aconselhável abraçar uma solidão bem sucedida, em vez de esperar que ela acabe, segundo a jornalista e escritora britânica Nicola Slawson.

"Eu costumava adiar as coisas até que eu encontrasse um parceiro, mas é preciso viver e extrair da vida o máximo de felicidade possível, em vez de se sentir em uma sala de espera, aguardando sua vida começar",

afirma ela.

E quando a pressão social cresce? "Não se restrinja a nenhum tipo de pensamento ou roteiro", aconselha Peter McGraw. "O bom é que existe, agora, um roteiro alternativo.

Acredito que a solidão inspira um maravilhoso senso de criatividade", segundo a escritora britânica Emma Gannon. "Ela faz o cérebro funcionar e incentiva a solução de problemas." Gannon sugere tratar a solidão como uma aventura, ou como uma possibilidade de se reconectar consigo mesmo.

Voltar-se mais para dentro, segundo a professora de ioga e meditação Cynthia Zak, aprofunda a sua compreensão da solidão. Ela sugere prestar atenção nesses momentos e transformá-los em rituais recorrentes que ajudem no relaxamento e na reflexão com a prática.

E o mais importante e óbvio é misturar um pouco de cada coisa.

"Os seres humanos realmente precisam de interações sociais, mas eu também diria que eles precisam de solidão", segundo o professor de psicologia Robert Coplan. "Encontrar o equilíbrio certo é a chave para a felicidade e o bem-estar. Existe um equilíbrio diferente que irá funcionar para cada pessoa."

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy8d3xd4lwgo>. adaptado.

## Questão 26

Ela sugere prestar atenção nesses momentos e "transformá-los" em rituais recorrentes.

A colocação pronominal destacada na frase trata-se de

- (A) ênclise, pois o pronome átono foi posicionado depois do verbo no infinitivo impessoal, atendendo à norma-padrão da língua.
- (B) ênclise, pois a construção exemplifica o pronome oblíquo que, quando anteposto ao verbo, marca a colocação pronominal típica do infinitivo impessoal.
- (C) próclise, pois o pronome átono foi anteposto ao verbo, o que ocorre quando há fator atrativo anterior que exige essa estrutura.
- (D) próclise, pois o pronome átono foi posicionado antes do verbo para evitar que ele inicie a oração, o que atende à norma que recomenda o uso proclítico nesse tipo de estrutura.

## Questão 27

Os seres humanos realmente precisam de interações sociais, mas eu também diria que eles precisam de solidão.

Assinale a alternativa correta quanto à nova pontuação sem alteração do sentido original da frase.

- (A) Os seres humanos precisam de interações sociais realmente, mas também, eu diria que eles precisam de solidão.

- (B) Realmente os seres humanos precisam: de interações sociais mas, também, precisam que eles de solidão eu diria.
- (C) Realmente os seres humanos precisam de interações sociais, mas, também, eu diria que eles precisam de solidão.
- (D) Os seres humanos precisam, de interações sociais realmente, mas também eu diria que eles precisam de solidão.

## Questão 28

O bom é que "existe", agora, um roteiro alternativo.

O verbo destacado, nesta frase, comporta-se como um verbo

- (A) transitivo direto, pois requer um complemento direto que completa o seu sentido e funciona como objeto direto.
- (B) transitivo indireto, pois a preposição que o segue introduz o complemento necessário para a compreensão da oração.
- (C) bitransitivo, pois precisa tanto de um complemento direto quanto de um complemento indireto para que a oração tenha sentido completo.
- (D) intransitivo, pois não exige complemento preposicionado e o termo que o segue funciona como sujeito da oração.

## Questão 29

O texto aborda a relação entre o tempo a sós e o equilíbrio entre a solidão e as interações sociais, destacando a importância da escolha pessoal e da postura criativa para que esse momento traga benefícios.

De acordo com o texto base, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) O texto dá a entender que a solidão só resulta em efeitos positivos quando há completo afastamento da sociedade, garantindo que o sujeito possa esculpir livremente o próprio tempo.
- (B) O autor considera que a única forma de lidar bem com a solidão consiste em preencher o tempo livre com passatempos, evitando reflexões que poderiam reforçar sentimentos negativos.
- (C) Segundo o texto, a solidão bem-sucedida depende exclusivamente da iniciativa pessoal, independentemente do modo como a sociedade encara essa situação e das interações humanas que ocorrem no dia a dia.
- (D) O texto salienta que a qualidade da vivência da solidão depende da postura ativa do indivíduo, que precisa integrar esse momento a outras esferas da vida e reconhecê-lo como potencial criativo e reflexivo.

### Questão 30

Não se restrinja a nenhum tipo de pensamento ou roteiro.

Em relação à análise sintática da frase citada, assinale a alternativa correta.

- (A) O verbo "restringir-se" classifica-se como transitivo direto e tem como objeto direto a expressão "tipo de pensamento ou roteiro".
- (B) O sujeito da oração está oculto e o verbo "restringir-se" funciona como transitivo indireto, tendo como complemento o objeto indireto "a nenhum tipo de pensamento ou roteiro".
- (C) O sujeito da oração encontra-se expresso por "nenhum tipo de pensamento", que funciona como complemento verbal do verbo "restringir".
- (D) A expressão "ou roteiro" funciona como complemento nominal, pois qualifica o substantivo "pensamento", estabelecendo entre eles uma relação de restrição.

### Conhecimentos Gerais

#### Questão 31

O Contrato do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER apresenta uma ampla gama de objetivos voltados ao desenvolvimento sustentável da região de abrangência. Entre as ações previstas, destaca-se a atuação integrada entre os municípios consorciados. Nesse contexto, qual das alternativas a seguir representa corretamente uma das finalidades do CONDER conforme o texto do contrato?

- (A) Promover a substituição da gestão municipal por uma administração centralizada do consórcio.
- (B) Limitar-se à atuação em áreas de turismo e esporte, excluindo outras áreas como saúde, infraestrutura ou meio ambiente.
- (C) Realizar licitações compartilhadas entre os municípios consorciados, resultando em contratos celebrados por eles ou por entidades de sua administração indireta.
- (D) Apoiar apenas iniciativas culturais individuais de cada município, sem promover ações conjuntas.

#### Questão 32

O Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER estabelece as bases legais e organizacionais para o funcionamento da entidade, responsável por promover ações integradas entre os municípios consorciados, com vistas ao desenvolvimento regional sustentável. Nesse contexto, a Assembleia Geral é uma das principais instâncias deliberativas previstas no Estatuto, com atribuições essenciais para a gestão coletiva do consórcio. Com base no Estatuto do CONDER, como é conceituada a Assembleia Geral?

- (A) É o comitê técnico subordinado à Secretaria Executiva, responsável apenas pela execução de decisões administrativas.
- (B) É o órgão colegiado constituído pelos Chefes do Poder Executivo de todos os entes consorciados, podendo ser ordinária ou extraordinária.
- (C) É um conselho consultivo formado por representantes da sociedade civil e de entidades privadas parceiras.
- (D) É um órgão temporário, convocado apenas em caso de urgência e sem periodicidade definida.

#### Questão 33

De acordo com o Regulamento do Quadro de Pessoal do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER o efetivo desempenho das atribuições do emprego público ou da função de confiança para o qual fora nomeado/empossado é chamado de:

- (A) Integração.
- (B) Exercício.
- (C) Promoção.
- (D) Cargo comissionado.

#### Questão 34

A cidade de Florianópolis, atual capital de Santa Catarina, passou por diversas transformações históricas desde a colonização portuguesa. Originalmente chamada de Desterro, a cidade foi rebatizada após um episódio marcante da política nacional. Sobre a mudança do nome da capital catarinense, é correto afirmar que:

- (A) O nome original da cidade era São José de Todos os Anjos, alterado por motivos religiosos após a Proclamação da República.
- (B) A cidade recebeu o nome de Florianópolis em referência ao presidente Floriano Peixoto, após a repressão violenta a uma revolta ocorrida no local.
- (C) O nome Florianópolis foi adotado em homenagem ao imperador Dom Pedro II, após a visita imperial à cidade.
- (D) A mudança ocorreu em apoio à Revolta da Armada, que defendia a autonomia da província de Santa Catarina.

#### Questão 35

Em 2024, o Congresso Nacional instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar um escândalo que ganhou repercussão nacional envolvendo atletas e competições esportivas brasileiras. Sobre essa CPI, assinale a alternativa correta.

- (A) O foco da CPI é a suposta manipulação de resultados esportivos ligados a plataformas de apostas online.
- (B) A CPI concentra-se em denúncias contra atletas amadores em esportes olímpicos.

- (C) A comissão foi criada para revisar as regras de transmissões esportivas por canais pagos.
- (D) A CPI investiga a venda de ingressos superfaturados durante a Copa do Mundo de 2022.